

O AGRO E A REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GEE

***Roberto Rodrigues**

Nossa agropecuária terá papel relevante na redução de gases do efeito estufa (GEE) a partir dos compromissos brasileiros assumidos nas conferências do clima da ONU. O Plano ABC, política pública desenhada com essa finalidade, estabeleceu a meta de reduzir as emissões agropecuárias em 133,9 a 162,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalente entre os anos de 2010 e 2020. Para tal, parte do crédito disponível nos últimos Planos Safra (Plano Agrícola e Pecuário) vem sendo utilizado para fomentar a adoção de atividades e práticas que aumentam a produtividade, melhoram a resiliência do sistema produtivo a problemas climáticos e ainda diminuem as emissões de gases de efeitos estufa, como são os sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e a recuperação de pastagens degradadas.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos diversos atores do setor que se esforçam para garantir a sustentabilidade da sua produção agropecuária, é convencer os consumidores, os mercados nacionais e internacionais, e a sociedade em geral, que seu produto e suas práticas contribuem, de fato, para uma melhoria do meio ambiente. Esse convencimento requer a capacidade de medir, mensurar, avaliar e, de alguma forma, provar as suas boas práticas e seus resultados. Esse processo é conhecido nos meios técnicos e acadêmicos como “MRV”: monitoramento, registro e verificação.

E não é nada trivial estabelecer e executar um sistema de MRV. Ele requer ciência, dados, protocolos e instrumentos que permitam mensurar as atividades realizadas em prol da agricultura ABC e seus resultados. No caso específico da agropecuária, o desafio é tal que poucos países conseguiram estabelecer sistemas de MRV de aceitação internacional para este setor. Até porque os países têm um certo grau de liberdade para criar seus sistemas de MRV de acordo com suas condições locais. O importante é fornecer elementos críveis (dados e medições) que comprovem o esforço do produtor em adotar as práticas sustentáveis e os bons resultados ambientais dessas práticas.

A boa notícia é que o Brasil agora possui ferramentas e processos capazes de mostrar a sustentabilidade da sua produção. A “Plataforma ABC” da Embrapa, em colaboração com diversas outras instituições, como o Observatório ABC do FGVAGRO, desenvolveu ao longo dos últimos anos um conjunto de ferramentas que, combinadas, permitem satisfazer as necessidades de um mecanismo de monitoramento, ou sistema de MRV. Essas ferramentas incluem aplicativo de celular com capacidade de identificação espacial e coleta de dados, com interligação automática a banco de dados remoto seguro e auditável, e planilhas de cálculo que expressam como cada etapa produtiva impacta as emissões e as remoções de gases de efeito estufa. Também foram desenvolvidas ferramentas de sensoriamento remoto, via imagens de satélite, que mensuram características da área monitorada. A combinação dessas ferramentas, com práticas já estabelecidas como a análise de carbono orgânico do solo, permite

gerar um conjunto de informações (Mensuração) que ficam armazenadas em um banco de dados seguro e de acesso permitido (Registro) e que podem ser checadas ou comprovadas por agentes financeiros, técnicos do setor público, ou auditores independentes (Verificação). Tem-se dessa forma, as condições necessárias para o sistema de MRV da agricultura de baixa emissão de carbono.

Com isso, é possível, por exemplo, combinar as informações de coletas de uma análise de solo antes da implementação de um projeto e outra ao final do mesmo, para se calcular quanto a recuperação de pastagens contribuiu para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Um agente bancário que tenha emprestado recursos do Programa ABC poderia utilizar esse “protocolo” para verificar o quanto o seu apoio gerou de bons impactos ambientais, garantindo assim o bom uso do recurso, como também, agregando essa contribuição ao relatório de responsabilidade socioambiental da sua instituição. E pode-se também buscar uma certificação privada, seja para criação de um selo de qualidade, seja para potencial venda de créditos de carbono.

Existe ainda um ganho agregado, nacional com o uso das ferramentas de MRV mencionadas. O banco de dados no qual essas informações ficam armazenadas gera condições para que os diversos agentes que preparam o relatório de informações sobre as emissões brasileiras, chamado de “inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa”, aprimorem as estimativas sobre as emissões da agropecuária brasileira.

Vale salientar que o esforço de mensurar os impactos ambientais da agropecuária requer a participação e colaboração de diversas instituições, não apenas as de pesquisa como a Embrapa e universidades, mas também, dos diferentes atores na cadeia produtiva, como a indústria de insumos, a indústria processadora, a cadeia de logística e varejistas, o setor financeiro, e as entidades e associações de classes. E esse esforço conjunto pode trazer inúmeras oportunidades de certificação, criação de valor e marcas de qualidade. O uso indiscriminado de ferramentas de MRV pode gerar, no longo prazo, uma nova imagem para o alimento e o produto agropecuário oriundo do Brasil perante o consumidor global.

Está aí o mecanismo que permitirá a comprovação de que de fato temos uma agropecuária sustentável que contribui para a redução de emissões, o que já sabemos há tempos, mas apenas empiricamente.

*** Roberto Rodrigues - Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª segunda-feira do mês**